

CONFERÊNCIA DE LÍDERES SÚMULA

XV Legislatura	Reunião n.º 23
1.ª Sessão Legislativa	Data: 2023.01.04
2022/2023	Hora: 10:30 — 11:30
Ordem de Trabalhos: Agendamentos	

MESA DA AR

Presidente	Augusto Santos Silva
Vice-Presidente	—
Secretários	Maria da Luz Rosinha
	Palmira Maciel
	Duarte Pacheco
Vice-Secretária	Helga Correia

GOVERNO

Ministra-Adjunta e dos Assuntos Parlamentares	Ana Catarina Mendes
--	---------------------

GRUPOS PARLAMENTARES

PS	Eurico Brilhante Dias
	Pedro Delgado Alves
PSD	Joaquim Miranda Sarmiento
	Catarina Rocha Ferreira
CH	Pedro Pinto
	Rui Paulo Sousa
IL	Rodrigo Saraiva
PCP	Paula Santos
BE	Pedro Filipe Soares

DEPUTADOS ÚNICOS REPRESENTANTES DE PARTIDO

PAN	Inês Sousa Real
L	Rui Tavares

Direção de Apoio Parlamentar: Ana Paula Bernardo
Divisão de Apoio ao Plenário: Vasco Cipriano

O Presidente da Assembleia da República (PAR) deu início à presente reunião da Conferência de Líderes (CL) recordando que na reunião do dia anterior se tinha procedido à reorganização das agendas das sessões plenárias da semana em curso, estando também fixadas as ordens do dia até ao dia 13 de janeiro, pelo na presente reunião podiam ser feitos agendamentos para a quinzena seguinte (de 18 a 27 de janeiro).

Lembrou, ainda, que no início da sessão plenária desta 4.^a feira, dia 4 de janeiro, haveria lugar a votações.

Prosseguindo, o PAR deu conta de que o Grupo Parlamentar (GP) do PSD manifestou a intenção de exercer o direito de fixação da ordem do dia para 18 de janeiro, sobre tema a indicar.

Do mesmo modo, deu nota de o GP do PCP ter requerido a realização de um debate de atualidade, ao abrigo do artigo 74.º do Regimento, subordinado ao tema «Defender a Escola Pública, respeitar e valorizar os Professores e Educadores», para a sessão plenária do dia 25 de janeiro.

O Líder Parlamentar do GP do CH anunciou que o Congresso do CH estava marcado para os dias 27, 28 e 29 de janeiro, solicitando que não fossem marcados trabalhos para a sexta-feira, dia 27. Por seu lado, o GP do PCP tinha informado que as suas Jornadas Parlamentares teriam lugar nos dias 30 e 31 de janeiro.

Perante estes compromissos prévios, e tendo sido agendadas para a sessão plenária do dia 19 de janeiro, declarações políticas e duas petições (n.ºs 279 e 321/XIV), pela ordem constante da lista de petições a aguardar agendamento para Plenário, ficavam para agendamentos de iniciativas legislativas as sessões plenárias dos dias 20, 25 e 26 de janeiro.

A Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares solicitou o agendamento da Proposta de Lei n.º 46/XV/1.^a (GOV): — *Aprova o Programa Nacional de Habitação para o período 2022-2026, com uma grelha C, e das Propostas de Lei n.ºs 51/XV/1.^a (GOV): — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha, transpondo a Diretiva (UE) 2019/789 e 52/XV/1.^a (GOV): — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos no mercado único digital, transpondo a Diretiva (UE) 2019/790, em conjunto.*

Iniciando a ronda de agendamentos pelo GP do PS, todos os GP agendaram uma iniciativa.

Por fim, foi ainda agendada mais uma Petição (n.º 215), pela mesma ordem referida, e as votações regimentais para os dias 20 e 26 de janeiro.

Outros assuntos

Eleições para órgãos externos

Foram agendadas para a sessão plenária do dia 26 de janeiro as eleições do Presidente e de um Vogal para a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) e dos membros do Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Eliminação da campanha de chamada para o Plenário

Houve consenso no sentido de eliminar o toque da campanha de chamada para assinalar o início das sessões plenárias, que se continuará a acionar apenas para o efeito de chamada para o início de votações em Plenário, nos termos do n.º 4 do artigo 95.º do Regimento.

Fim da distribuição de documentos em papel na Sala das Sessões

Na sequência de sugestão do Líder Parlamentar do GP da IL, a CL deliberou no sentido do fim da distribuição de documentos em papel na sala das sessões, ressalvando-se a distribuição aos membros da Mesa, durante a reunião plenária.

Agendamentos:

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.04 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Votações.

Debate de urgência requerido pelo GP do PSD incidindo sobre a temática: «Situação Política e a Crise no Governo».

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 250/XIV/2.^a (José Bruno Teixeira Alves e outros): — Os enfermeiros com contrato individual de trabalho (CIT), solicitam igualdade em relação aos que têm contrato de funções públicas.

Projeto de Lei n.º 186/XV/1.^a (CH) — Procede à equiparação entre os enfermeiros vinculados por contrato individual de trabalho (CIT) e enfermeiros vinculados com contrato de funções públicas (CTFP) para efeitos de remunerações e posições remuneratórias.

Projeto de Lei n.º 378/XV/1.^a (PCP) — Integração de trabalhadores com contrato individual de trabalho nas respetivas carreiras da Administração Pública.

Projeto de Lei n.º 448/XV/1.^a (BE) — Igualdade entre trabalhadores com contrato individual de trabalho e com contrato de trabalho em funções públicas na área da saúde.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 235/XIV/2.^a (Paulo Deus e outros): — Em defesa da Tapada das Necessidades.

Projeto de Resolução n.º 94/XV/1.ª (BE) — Pela preservação e defesa da Tapada das Necessidades como espaço público.

Projeto de Resolução n.º 105/XV/1.ª (CH) — Pela manutenção do Jardim da Tapada das Necessidades.

Projeto de Resolução n.º 131/XV/1.ª (PCP) — Pela reabilitação e salvaguarda do interesse e usufruto públicos da Tapada das Necessidades.

Projeto de Resolução n.º 151/XV/1.ª (PAN) — Pela preservação dos valores histórico e natural da Tapada das Necessidades.

Projeto de Resolução n.º 161/XV/1.ª (PSD) — Regenerar a Tapada das Necessidades e abrir ao público o Palácio Real como novo polo museológico após saída do MNE.

Tempos: Grelha própria.

Proposta de Lei n.º 105/XIV/1.ª (ALRAM): — Pela majoração do financiamento da Universidade da Madeira e da Universidade dos Açores – Sexta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior.

Projeto de Lei n.º 428/XV/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, assegurando a introdução de complemento de insularidade aplicável ao financiamento dos estabelecimentos de ensino superior das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 231/XV/1.ª (PS): — Aprova a lei-quadro da atribuição da categoria das povoações.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.05 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Moção de censura n.º 2/XV/1.ª (IL): — Moção de censura ao XXIII Governo Constitucional — “Em defesa das instituições e pelo fim da degradação política e social a que o Governo tem conduzido o país.

Tempos: Grelha própria.

Votação.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.06 (SEXTA-FEIRA) 09:00 HORAS

Debate temático requerido pelo GP do PSD subordinado ao tema «O setor dos registos».

Tempos: Grelha própria.

Proposta de Lei n.º 30/XV/1.ª (GOV): — Completa a transposição da Diretiva (EU) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores.

Projeto de Lei n.º 382/XV/1.ª (PAN): — Assegura a rotulagem ambiental dos produtos alimentares, procedendo à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 138/90, de 26 de abril.

Tempos: Grelha D.

Proposta de Lei n.º 32/XV/1.ª (GOV): — Autoriza o Governo a estabelecer regras de certificação das qualificações das pessoas que intervêm na operação de embarcações que navegam em vias interiores, para transposição das Diretivas (EU) 2017/2397, 2020/12 e 2021/1233.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 380/XV/1.ª (PSD): — Revisão do Regime SIFIDE II para eliminação de abusos e incentivo ao verdadeiro investimento para investigação, desenvolvimento, inovação tecnológica e transição energética.

Projeto de Lei n.º 422/XV/1.ª (BE) — Elimina os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do SIFIDE a fundos de investimento e contribuições para fundos de investimento e capital de risco, ou na aquisição de participações sociais.

Projeto de Lei n.º 424/XV/1.ª (PAN) — Cria incentivos ao investimento empresarial na sustentabilidade ambiental, procedendo à alteração do Código Fiscal do Investimento e do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro.

Projeto de Lei n.º 431/XV/1.ª (PCP) — Extingue o SIFIDE e atribui os respetivos recursos financeiros a políticas de investigação e desenvolvimento (I&D), procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 102/XV/1.ª (CH): — Pela realização de um estudo actualizado sobre a caracterização das comunidades ciganas residentes em Portugal.

Projeto de Lei n.º 430/XV/1.ª (PAN) — Aprova medidas de combate à discriminação de cidadãos estrangeiros, alterando diversos diplomas.

Tempos: Grelha D.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.11 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate com o Primeiro-Ministro, sobre política geral, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do RAR.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.12 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate sobre as prioridades da Presidência Sueca do Conselho da UE, com a participação do Governo, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia.

Tempos: Grelha debates europeus.

Projeto de Lei n.º 400/XV/1.ª (IL) — Elimina a obrigatoriedade de afixação da indicação de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis, alterando o Código do Trabalho.

Projeto de Lei n.º 401/XV/1.ª (IL) — Elimina a contraordenação por não deter três exemplares para a documentação dos transportes de mercadorias.

Projeto de Lei n.º 402/XV/1.ª (IL) — Elimina a obrigação de afixação de informação sobre a legislação referente ao direito de parentalidade, alterando o Código do Trabalho.

Projeto de Lei n.º 404/XV/1.ª (IL) — Eliminação da obrigatoriedade de a mera comunicação prévia ter de ser instruída com o título urbanístico (Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo).

Projeto de Lei n.º 406/XV/1.ª (IL) — Elimina a obrigatoriedade dos centros de bronzeamento artificial de afixar os diplomas ou certificados de competência do pessoal técnico (Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo).

Projeto de Lei n.º 407/XV/1.ª (IL) — Extingue a exigência da comunicação prévia ao IPDJ de campos de férias (Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 32/2011, de 07 de março, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de organização de campos de férias).

Projeto de Lei n.º 408/XV/1.ª (IL): — Redução do valor das coimas por contraordenações económicas e criação do escalão de contraordenações muito leves (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro).

Projeto de Lei n.º 409/XV/1.ª (IL) — Elimina a obrigatoriedade de afixação de informação relativa à existência de postos de trabalho permanentes que estejam disponíveis na empresa ou estabelecimento, alterando o Código do Trabalho.

Projeto de Lei n.º 410/XV/1.ª (IL) — Elimina a obrigatoriedade de explicitar «Chamada para a rede fixa nacional» e «Chamada para rede móvel nacional» nas linhas telefónicas para contacto do consumidor (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 59/2021, de 14 de julho).

Projeto de Lei n.º 411/XV/1.ª (IL) — Simplifica o procedimento de renovação da carta de condução (Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho).

Projeto de Lei n.º 403/XV/1.ª (IL) — Simplifica a sinalização relativa ao consumo de tabaco em recintos fechados destinados à utilização coletiva (Quarta alteração à Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto, que aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo).

Projeto de Lei n.º 425/XV/1.ª (IL) — Elimina a coima pela circunstância da pessoa que tenha a posse ou detenha animal de companhia não o registe no prazo de 120 dias após o seu nascimento (Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2019, de 27 de junho, que estabelece as regras de identificação dos animais de companhia, criando o Sistema de Informação de Animais de Companhia).

Projeto de Lei n.º 426/XV/1.ª (IL) — Eliminação da limitação ao valor do orçamento (Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo).

Projeto de Lei n.º 427/XV/1.ª (IL) — Altera o valor das coimas aplicáveis por contraordenações relacionadas às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagens (Nona alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem).

Projeto de Lei n.º 432/XV/1.ª (PAN) — Reforça as garantias dos cidadãos no processo de revalidação das cartas de condução, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, e do Código da Estrada.

Projeto de Lei n.º 433/XV/1.ª (PAN) — Reforça o direito de parentalidade, alterando o Código de Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Projeto de Lei n.º 434/XV/1.ª (PAN) — Procede à criação de mecanismos de transparência relativamente às taxas cobradas no âmbito estadual e das autarquias locais, e assegura a avaliação técnica independente das contrapartidas associadas à cobrança de cada uma das taxas existentes no âmbito estadual.

Projeto de Lei n.º 435/XV/1.ª (CH) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro (Aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas), densificando o regime de recolha de meios de prova.

Projeto de Lei n.º 441/XV/1.ª (L) — Proíbe a ativação ou cobrança de serviços não solicitados ou autorizados.

Projeto de Lei n.º 442/XV/1.ª (L) — Introduz transparência e informação fidedigna na informação de preços.

Projeto de Lei n.º 443/XV/1.ª (L) — Introduz medidas promotoras de transparência na informação pré-contratual relativa à comercialização à distância de serviços financeiros.

Projeto de Lei n.º 444/XV/1.ª (L) — Reforça os direitos dos consumidores, vedando a renovação forçada de serviços ou equipamentos cuja vida útil não tenha ainda expirado.

Projeto de Lei n.º 445/XV/1.ª (L) — Garante a acessibilidade de pessoas trabalhadoras à informação legalmente exigida em matéria de assédio no trabalho, direitos de parentalidade e existência de postos de trabalho permanentes.

Projeto de Lei n.º 446/XV/1.ª (L) — Reforça os direitos dos consumidores, garantindo que o consumidor não é obrigado a adquirir mais serviços ou bens do que aqueles de que necessita.

Projeto de Lei n.º 449/XV/1.ª (BE) — Estabelece a amnistia pelo incumprimento de pagamento de taxas de portagens.

Projeto de Lei n.º 450/XV/1.ª (BE) — Altera a competência para a instrução de processos relativos ao não pagamento de taxas de portagem (décima alteração da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem).

Tempos: Grelha C.

Projeto de Lei n.º 235/XV/1.ª (PCP): — Regime de preços dos bens alimentares essenciais.

Projeto de Lei n.º 416/XV/1.ª (PAN) — Aprova medidas de promoção da doação de géneros alimentícios e de combate ao desperdício alimentar, alterando de doação Lei n.º 62/2021, de 19 de agosto.

Projeto de Lei n.º 417/XV/1.ª (PAN) — Cria incentivos fiscais à doação de alimentos e combate ao desperdício alimentar, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais e do Código do IRC.

Projeto de Lei n.º 418/XV/1.ª (PAN) — Possibilita a aplicação de IVA Zero à aquisição de bens alimentares essenciais durante o ano de 2023.

Projeto de Lei n.º 423/XV/1.ª (BE) — Cria mecanismos de intervenção e fixação de preços nos bens alimentares essenciais.

Projeto de Lei n.º 436/XV/1.ª (CH) — Isenta de IVA os bens alimentares essenciais.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.13 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Projeto de Lei n.º 140/XV/1.ª (BE): — Garante a gestão pública do abastecimento de água e do saneamento.

Projeto de Lei n.º 429/XV/1.ª (PCP) — Estabelece o Regime de Recuperação da Gestão Pública dos Sistemas de Abastecimento de Águas e Saneamento.

Projeto de Lei n.º 440/XV/1.ª (L) — Direito ao Saneamento Básico.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 226/XIV/2.ª (STAL, ANDAEP, ANDE, FENPROF, CNIPE e FNSTFPS): — Não à transferência de competências para os municípios (municipalização) em Educação.

Projeto de Resolução n.º 320/XV/1.ª (PCP) — Reversão do processo de transferência de competências para as autarquias na área da educação.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 21/XIV/1.ª (CIPSO-Grupo de Cidadãos Pelos Seniores de Odivelas): — Pela construção de uma estrutura residencial sénior pública em Odivelas.

Projeto de Resolução n.º 304/XV/1.ª (BE) — Criação de uma nova estrutura residencial de natureza pública para idosos em Odivelas.

Projeto de Resolução n.º 319/XV/1.ª (PCP) — Pela construção de um lar de idosos de gestão pública no concelho de Odivelas.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 62/XIV/1.ª (Associação Portuguesa de Musicoterapia): — Reconhecimento da profissão do Musicoterapeuta em Portugal.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.18 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Agendamento potestativo requerido pelo GP do PSD, sobre tema a indicar oportunamente.

Tempos: Grelha A.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.19 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Declarações Políticas.

Petição n.º 279/XIV/2.ª (Sofia Carolina de Sousa da Silva e outros): — Sim à comercialização e à comparticipação de medicamento antiepilético.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 321/XIV/3.ª (SIPE - Sindicato Independente de Professores e Educadores): — Tempo de serviço igual, situação igual e escalão igual.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.20 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 46/XV/1.ª (GOV): — Aprova o Programa Nacional de Habitação para o período 2022-2026.

Tempos: Grelha C.

Projeto de Resolução n.º 274/XV/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que garanta um apoio a todas as famílias, correspondente a 40% do aumento da prestação com crédito habitação provocado pela subida da Taxa Euribor.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 233/XV/1.ª (PCP) — Reduz as comissões bancárias e alarga as condições de acesso e o âmbito da conta de serviços mínimos bancários.

Tempos: Grelha D.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.25 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate de atualidade requerido pelo GP do PCP, incidindo sobre a temática, «Defender a Escola Pública, respeitar e valorizar os Professores e Educadores».

Tempos: Grelha própria.

Proposta de Lei n.º 51/XV/1.ª (GOV): — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha, transpondo a Diretiva (UE) 2019/789.

Proposta de Lei n.º 52/XV/1.ª (GOV): — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos no mercado único digital, transpondo a Diretiva (UE) 2019/790.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 310/XV/1.ª (PSD) — Revisão ao modelo de cogestão de áreas protegidas para melhorar a sua eficácia e garantir maior responsabilização.

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.01.26 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Eleição de 2 membros (presidente e um vogal) para a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD);

Eleição de 4 membros para o Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

Projeto de Resolução n.º 265/XV/1.ª (IL) — Pela realização de uma auditoria ao processo de nacionalização da TAP SGPS iniciado em 2020.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 339/XV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à desclassificação de todos os documentos militares datados até 1975.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 175/XV/1.ª (PS) — Requalificação da EN238 entre Ferreira do Zêzere e Sertão.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 215/XIV/2.ª (Ângelo Miguel Magalhães Cardoso e outros): — Abertura imediata da pesca lúdica para pescadores com licença válida em 2020.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

A próxima reunião da Conferência de Líderes realizar-se-á dia 18 de janeiro, pelas 11 horas e 30 minutos.

A Deputada Secretária da Mesa,

(Maria da Luz Rosinha)

CALENDARIZAÇÃO

JANEIRO 2023			
DIA 04	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES REUNIÃO PLENÁRIA	10:30 HORAS 15:00 HORAS
DIA 05	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENARIA	15:00 HORAS
DIA 06	SEXTA-FEIRA	REUNIAO PLENARIA	09:00 HORAS
DIA 09	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 10	TERÇA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES	
DIA 11	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 12	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 13	SEXTA-FEIRA	REUNIAO PLENARIA	10:00 HORAS
DIA 16	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 17	TERÇA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES	
DIA 18	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES REUNIÃO PLENÁRIA	11:30 HORAS 15:00 HORAS
DIA 19	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 20	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 23	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 24	TERÇA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES	
DIA 25	QUARTA-FEIRA	REUNIAO PLENARIA	15:00 HORAS
DIA 26	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENARIA	15:00 HORAS
DIA 27	SEXTA-FEIRA	CONGRESSO DO GP DO CH	
DIA 30	SEGUNDA-FEIRA	JORNADAS PARLAMENTARES DO GP DO PCP	
DIA 31	TERÇA-FEIRA	JORNADAS PARLAMENTARES DO GP DO PCP	